

“A Penny for your Thoughts”. Opinião Pública, Enquadramento Midiático do NYT e Política de Audiência

Thiago Perez Bernardes de Moraes*
Suelen Patrícia Alves Maia Perez de Moraes**

Resumo

A pergunta que norteia este estudo é: as publicações do The New York Times influem na opinião dos estadunidenses sobre “políticas de audiência”? A hipótese é que quanto maior for o volume de publicações no NYT anual sobre políticas de audiências, mais favorável será a opinião dos americanos frente a esta classe de temas. Para testar esta hipótese foram utilizadas séries históricas do Gallup Institute (sobre a opinião pública dos americanos) e dados gerados com o Chronicles (referente às publicações do NYT sobre maconha, casamento gay e aborto em percepção longitudinal). A hipótese mostrou parcial aderência visto que se constatou evidência de influência do NYT sobre a opinião dos americanos frente aos temas maconha e casamento gay. Contudo, o efeito foi inexistente quanto ao tema aborto.

Palavras-chave: Opinião Pública; The New York Times; Maconha; Casamento Gay; Aborto.

**Doutor em psicologia social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy, cientista político, professor no Centro Universitário Campos de Andrade.*

***MBA em Marketing Político e organização de campanhas eleitorais, bacharela em comunicação social com habilitação em jornalismo pelo Centro Universitário Internacional de Curitiba.*

Introdução

Um dos fatores mais consideráveis do mundo político é a comunicação entre governantes e governados onde o primeiro está incumbido sempre de buscar um acordo com o segundo. Todavia, não é fácil entender o ritmo da opinião pública, nem tampouco os fatores endógenos e exógenos que podem compor esta equação.

O seguinte trabalho focou-se em apenas uma variável independente da formação da opinião pública, o comportamento do jornal, um instrumento dos *mass media*. Nesse ponto, a pesquisa objetivou responder a seguinte pergunta: o volume de publicações do *The New York Times* afeta a opinião pública dos americanos sobre as *hearing room politics* (políticas de audiência)? Considerando que o *NYT* é um jornal declaradamente liberal, levantou-se a hipótese de que, quanto maior é o volume de publicações no jornal de temas relativos a políticas de audiência, mais favorável será a opinião dos estadunidenses em relação a estes temas.

Para testar a hipótese, utilizamos o método proposto em Moraes (2015) e em Moraes & Moraes (2016), onde se esquadrinham frequências temporais relativas à opinião pública e a publicações de jornal. Foram utilizadas duas fontes de dados: 1) dados do *Gallup Institute*, sobre a evolução histórica da opinião pública dos americanos em relação aos temas legalização da maconha, legalização do casamento gay e legalização do aborto; e 2) dados gerados a partir da ferramenta *Chronicle* onde se mensura o volume de publicação anual de matérias no *The New York Times* sobre esses mesmos temas. Identificou-se que o *The New York Times* exerceu significativa influência sobre a favorabilidade dos americanos frente aos temas legalização da maconha e do casamento gay. Entretanto, os dados sinalizam que não houve tangível influência do jornal sobre o tema legalidade do aborto, o que sinaliza que a hipótese como um todo é parcialmente aderente.

Política de audiência (Hearing room politics)

A comunicação política é um processo contínuo de troca de informações entre os indivíduos e os grupos atuantes em torno das políticas públicas, em todos os níveis. Um dos fatores mais notáveis para o mundo político é a comunicação e ou a troca de informações entre governantes e governados, onde cabe ao governante a posição de sempre buscar um acordo. Assim, percebe-se que a comunicação corresponde a uma condição fundamental do sistema político, e nesse ponto, pode-se considerar que existem a princípio três grandes classes de comunicação (COTTERET; EMERI, 1974, p.361-362), conforme apresentado na Tabela 1.

TABELA 1 - Três classes de comunicação política

Comunicação pelos mass media	Comunicação por organizações	Comunicação por contatos informais
Representa basicamente a comunicação feita pelos meios impressos, televisão, rádio, cinema, dentre outros.	É a comunicação feita por partidos políticos, sindicatos, federações, dentre outros atores.	É o modo de comunicação que prevê um nível mais interativo de troca de informações, como nas relações “face a face” entre os indivíduos.

Fonte: Adaptado a partir de Cotteret e Emeri (1974).

O foco principal deste estudo é a comunicação de informações políticas veiculadas pelos *mass media*. Entretanto, não se descarta que os outros níveis de informação tenham influência sobre a opinião pública, como por exemplo, a comunicação por contatos informais que tende a se tornar cada vez mais ampla e eficiente com a internet e a ascensão de novas tecnologias. De toda forma, os formadores de opinião, que são afetados pelos *mass media*, são importantes interlocutores dentro da comunicação de contatos informais, em um nível de simbiose entre as classes de comunicação política.

Gormley trouxe um ponto novo para as tipologias de políticas públicas: o fator saliência (a capacidade de chamar atenção de um público geral ou específico). Para Gormley, o nível de saliência e o nível de complexidade demandado pela política, representam uma intersecção de análise muito importante para a ciência política. Nessa perspectiva um assunto é saliente quando tem meios de afetar, de forma direta ou indireta, a atenção de um grande número de indivíduos. Já a complexidade é definida pela necessidade (ou não) de especialistas e técnicos para gerar respostas (GORMLEY, 1986, p.595; SECCHI, 2012, p.20).

TABELA 2 - Tipologia de análise de políticas públicas de Gormley

		Complexidade	
		Alta	Baixa
Saliência	Alta	Política de sala operatória (<i>operating room politics</i>)	Política de audiência (<i>Hearing room politics</i>)
	Baixa	Política de sala de reuniões (<i>board room politics</i>)	Política de baixo calção (<i>street level politics</i>)

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Gormley (1986).

Neste estudo, o escopo restringe ao esquadramento da possível relação entre o volume de publicações de temas relacionados a políticas de audiência no *The New York Times* e a opinião pública dos norte-americanos.

Política de audiência, como proposto por Gormley diz respeito à determinada política que em alguma medida é simples (no aspecto estrutural), mas que gera por sua vez, um grande nível de interesse público, ou seja, induz a um significativo nível de atenção em um grande número de pessoas (o que

faz desse tipo de política algo atrativo tanto para os políticos, como para a mídia). Gormley afirma que, se um analista político pode enquadrar determinada política dentro deste esquema conceitual apresentado na Tabela 2, é provável que a partir disso possam ser traçadas previsões sobre o comportamento dos burocratas, políticos, cidadãos, meios de comunicação e também, patologias que podem surgir no decorrer do processo decisório. Nesse interim tem-se *ad hoc* a política pública como variável independente e a dinâmica política como variável dependente (SECCHI, 2012, p.21).

Para este estudo foram selecionados três temas¹ que são considerados *hot issues* das políticas do tipo *Hearing room politic*, sendo eles: 1) legalização do casamento gay; 2) legalização do aborto e 3) legalização da maconha.

Legalização da Maconha

A legalização do uso da maconha ganhou nos últimos tempos um espaço significativo no agendamento midiático, e a tendência é que este assunto seja abordado cada vez com mais frequência, visto que, a maconha legal já representa a indústria que mais cresce nos EUA.² A capital americana Washington – DC é o mais recente local nos EUA a legalizar o uso recreativo da maconha, juntando-se aos estados de Washington, Colorado, Oregon e Alasca.³

Desde 1970, quando a maconha foi classificada pelo governo federal dos Estados Unidos como uma substância Classe I, sob o regimento da Lei de Substâncias Controladas, a legalização da maconha tem sido um tema de muito debate, sempre presente nas agendas da mídia e dos políticos. É interessante notar que a legalização da maconha gera um impacto positivo sobre o orçamento público por conta da tributação, e também, existem evidências de que o preço da maconha seja inferior nos Estados onde a posse e a venda são práticas legais (WANG, 2015).

Em alguns estados como Nova York e Califórnia, o uso da maconha só é permitido para fins medicinais. Essa prática teve início na Europa em 1799, e só chegou aos EUA após 1844, através do médico inglês William O’Shaughnessy. Na década de 1960 com o movimento *hippie* a utilização recreativa da *cannabis* se tornou um meio de mostrar “revolta” contra o sistema, o que não foi bem visto por vários setores da sociedade. Isso influenciou a queda de produção científica a respeito do tema, chegando a sua proibição em 1971 na Convenção das Nações Unidas (RIBEIRO, 2014, p.28).

1 Outra tipologia interessante para o estudo de políticas públicas é a de Bozeman e Pandey onde eles preveem dois tipos mais ou menos definidos de políticas públicas: 1) políticas de conteúdos eminentemente técnicos e 2) políticas de conteúdos eminentemente políticos. Claro que, na maior parte dos casos, durante o ciclo de criação de políticas públicas há uma alternância na ordem, por exemplo, pode-se se dar na fase inicial de estudos um enfoque mais voltado aos pareceres eminentemente técnicos, todavia, passada essa fase inicial a política pode se revelar como fortemente política no momento da tomada de decisão (SECCHI, 2012, p.22-23). Nesse sentido, considera-se que não só as três *hearing room politics* aqui estudadas, mas todas as políticas desse tipo, em larga medida podem ser consideradas como de cunho eminentemente político dentro da ótica de Bozeman e Pandey.

2 Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/07/13/washington-219mi-maconha_n_7787676.html>. Acesso em: 23 de set. 2015.

3 Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/07/13/washington-219mi-maconha_n_7787676.html>. Acesso em: 23 de set. 2015.

Outros estados americanos já estudam a possibilidade de descriminalizar o uso da maconha, pois aferiram por meio de consultas que a população é favorável à decisão. Além disso, nos Estados em que o uso da maconha já é legalizado observa-se ganhos significativos, tanto com a diminuição de gastos que seriam utilizados no combate ao tráfico, quanto na arrecadação de impostos (BERLINCK, 2014, pp.11-14).

Legalização do aborto

Apesar da prática de aborto ser algo recorrente, há pouca pesquisa sobre a experiência das mulheres nesse tipo de atividade. Tanto as razões que levam a mulher a praticar um aborto como as consequências do mesmo são multifatoriais, envolvendo tanto os aspectos sociais quanto psicológicos, o que exige dos cientistas sociais esmero ao estudar este assunto. Foge do escopo deste trabalho esmiuçar todas as arestas desta questão, mas é importante considerar que de alguma forma a legalização do aborto, não só nos Estados Unidos, mas em todo o mundo, representa não só uma possível política de saúde, mas antes disso, um caso relacionado diretamente aos direitos humanos⁴.

O aborto nos EUA (e possivelmente em quase todos os lugares do mundo) é um tema que inflama debates públicos intensos, e pode ser considerado, um divisor de opiniões. Entretanto, isso nem sempre foi assim. Nos primeiros anos da república o aborto era legal sob as leis comuns da colônia, algo que se perpetuou nas leis comuns americanas. A única condição era que a gestação

4 Estima-se que todos os anos cerca de 42 milhões de mulheres no mundo têm gravidez indesejada e buscam o aborto, deste montante, cerca de 20 milhões de abortos são feitos por indivíduos sem nenhum tipo de experiência, habilidade e/ou em ambientes abaixo dos mínimos padrões médicos. A grande maioria dos abortos de risco (97%) é perpetuada em países ainda em estágio de desenvolvimento. O pior disso tudo é que se estima que pelo menos 68.000 mulheres morram todos os anos em consequência dos abortos inseguros, sendo as principais causas de morte: hemorragias, infecções e intoxicações. Por conta disso, o aborto é uma das principais causas de morte materna (13%). Além disso, das mulheres que sobrevivem a um aborto feito de forma irregular, pelo menos 5 milhões delas têm algum tipo de complicação, sendo muitas vezes permanente (GRIMES *et al.*, 2006; SEDGH *et al.*, 2007). Governos do mundo inteiro investem na disponibilidade de métodos contraceptivos modernos, que por sua vez, podem reduzir significativamente a necessidade do aborto, todavia, em hipótese alguma tal necessidade é eliminada por completo. Nesse sentido, a experiência internacional, como a documentada na Romênia, no regime do presidente Nicolae Ceausescu, mostra claramente que o acesso ao aborto seguro resguarda de forma eficiente a saúde das mulheres. Por conta disso, é perceptível que o acesso ao aborto legal é, por assim dizer, um direito fundamental de todas as mulheres do mundo, independente da região onde vivem (ANDREI; BRANDA, 2015, p.1-8, 2006). Ocorre, porém que, o fato de muitas jurisdições locais de países preverem o aborto como ilegal, impede o acesso das mulheres ao aborto seguro e em última instância inviabiliza a consagração deste direito fundamental (GRIMES *et al.*, 2006; SEDGH *et al.*, 2007).

só poderia ser interrompida antes da percepção de movimentos do feto, mais ou menos na metade da gravidez. Este instrumento era um recurso utilizado, sobretudo, por mulheres que eram enganadas por “falsos pretendentes”, ou que se envolviam em relacionamentos ilícitos. Nas décadas de 1830 e 1840, para se ter uma ideia, os profissionais que realizavam abortos anunciavam seus serviços na imprensa diária. Havia também propagandas de remédios abortivos. Ao que parece, essa realidade começou a mudar por pressão da Associação Médica (fundada em 1847). Desde a metade do século XIX até praticamente metade do século XX, os abortos continuaram a ocorrer nos Estados Unidos, a maioria de forma clandestina. Com a emancipação das mulheres nas décadas de 1950 e 1960 começou a surgir um debate social e político em torno do tema (KORMONDY; BROWN, 1998, p.97-100).

Em 1973, esse debate levou a legalização do aborto, quando a Suprema Corte Americana ao julgar o caso *Roe v. Wade* entendeu que privar a mulher da decisão de manter ou não a gestação violava o direito à privacidade, abrindo assim precedente para tornar as leis que criminalizassem os abortos como inconstitucionais (BERTOLDI *et al.*, 2014, pp.10-11). Essa decisão afetou mais da metade das legislações estaduais que regulamentavam a prática do aborto o que a *posteriori* polarizou a sociedade americana em dois subgrupos⁵: os *Pró-life*⁶, defensores do direito à vida em qualquer circunstância, totalmente contrários ao aborto; e os *Pró-choice*⁷, de viés mais liberal, favoráveis ao aborto e defensores da liberdade individual da mulher (CABRAL, 2014).

Embora a descriminalização do aborto tenha resultado na diminuição das mortes maternas e que o serviço de aborto oferecido pelos EUA sirva de exemplo para outros países (ROCHAT, 2014), a reprovação à prática do aborto, bem como, o número de leis com intuito de restringi-lo tem aumentado. Isso o que

5 Em algum nível, a pesquisa empírica até então existente permite afirmar que a auto identificação dentro do espectro *Pró-life – Pró-choice*, é por assim dizer uma extensão de sua identificação partidária (MCBRIDE; PARRY, 2014).

6 Historicamente os católicos estabeleceram as primeiras organizações antia-borto nos Estados Unidos na década de 1960. A Maioria deles eram democratas, liberais, que eram estimulados a participar ativamente em campanhas de defesa do nascituro baseados em direitos que estavam alinhados aos princípios do *New Deal* liberal. Entretanto, no final dos anos 1970, os protestantes evangélicos aderiram em massa ao movimento o que levou a uma reformulação da causa *pró-life*. Nesse ponto, estabeleceu-se uma campanha conservadora não ligada aos ideais de direitos humanos, mas sim, a uma ordem moral de “valores familiares” (WILLIAMS, 2015, p.451-456). Basicamente o termo *Pró-life* refere-se a um movimento que insiste que o governo tem a responsabilidade de proteger toda vida humana, independente da viabilidade disto (FREED, 2015).

7 *Pró-choice* em sentido simples pode ser definido como uma campanha política e social pouco estruturada que em resumo apoia o direito constitucional das mulheres ao aborto seguro e legal. Muitos dos americanos, mesmo apoiando de certa forma o aborto, são relutantes em se identificar como *pró-choice* (FREED, 2015).

pode ser explicado pelo fato de grande parte dos Estados americanos serem governados pelo Partido Republicano, conservador e declaradamente contrário ao aborto (BERTOLDI et al., 2014, pp.11-12).

Legalização do casamento gay

Em 26 de junho de 2015 a Suprema Corte reconheceu a legalidade do casamento homoafetivo que ainda era proibido em 13 dos 50 estados americanos (GLOBO.COM, 2015). Essa memorável decisão contou com ampla cobertura midiática e gerou grande repercussão *online* em sites como *Twitter* e *Facebook*, principalmente pelo envolvimento de celebridades como Barack Obama, Hillary Clinton, Mark Zuckerberg, entre outros, que comemoraram a decisão em suas redes sociais.⁸

Desde os anos 1950 já existiam movimentos que lutavam por igualdade e contra o preconceito aos homossexuais, entretanto, observa-se que a forte interferência religiosa nas decisões políticas, os governos conservadores, além de outros fatores como o surgimento da Aids⁹, por muito tempo tiraram a credibilidade desses movimentos e contribuíram para que esse embate se perpetuasse por décadas (FERRAZ, 2015, pp. 477-481).

É interessante listar quatro pontos destacados da pesquisa social sobre o casamento gay e a opinião pública nos Estados Unidos: 1) A opinião pública não é fundamentada exatamente em uma racionalidade, mas sim, é uma variável dependente do ânimo e da forma com que o tema está enquadrado nas agendas da mídia e da sociedade; 2) a possibilidade de oficializar o estado civil de casais do mesmo sexo traz benefícios indubitáveis ao casal; 3) a variação estadual das leis regulamentárias do matrimônio colocaram (até 26 de junho de 2015) em situação de fragilidade os casais do mesmo sexo (POWELL; QUADLIN; PIZMONY-LEVY, 2015, p.3-7).

The New York Times

O *The New York Times* foi fundado em setembro de 1851 por Henry Jarvis Raymond e George Jones, ambos jornalistas e defensores dos ideais republicanos. Em 1896, Raymond e Jones imersos em dívidas se viram obrigados a vender o jornal, fato que mudou por completo a trajetória e o futuro do *NYT*. O jornal foi comprado na época por Adolph Ochs, dando início à dinastia da família Ochs-Sulzberger que permanece no comando do jornal até os dias atuais (LIMA; FILHO, 2012, p.5). Logo após assumir o controle do *The New York Times* e com intuito de salvá-lo da falência, Adolph Ochs, utilizou de toda sua experiência¹⁰ no ramo jornalístico para reformular o jornal, que em seu novo

8 Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2015/06/suprema-corte-dos-eua-reconhece-a-legalidade-do-casamento-homossexual-em-todo-o-pais-4789664.html>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

9 O surto da epidemia da Aids que aconteceu na década de 1980 foi diretamente associado aos homossexuais, que já não detinham grande aprovação por parte da sociedade americana e na época viviam o governo conservador de Ronald Reagan, o que ocasionou o enfraquecimento dos movimentos LGBT e os levou a incluir em suas pautas não só o fim do preconceito, mas também a existência de políticas públicas para o tratamento de pessoas acometidas pela doença (FERRAZ, 2015, p. 479).

10 Muito antes de se tornar dono do *The New York Times*, Ochs já havia trabalhado nos jornais *Knoxville Chronicle*, do Tennessee e *Louisville Courier-Journal*, em Kentucky. Além disso, ele foi dono do *Chattanooga Times*, também no estado do Tennessee (LIMA; FILHO, 2012, p.6).

formato perdeu seções de entretenimento como os folhetins de ficção românticos e deixou de dar espaço a boatos sensacionalistas, indo na contramão do que faziam os outros jornais da época (LIMA; FILHO, 2012, p.6).

Por conta dessa postura o *NYT* sofreu com a falta de recursos durante a guerra hispano-americana em 1898. A fim de escapar de outra crise Ochs optou por reduzir o preço do jornal, atitude que viabilizou não só o aumento das tiragens como também gerou a ascensão nos lucros com publicidade. (PAGANOTTI, 2010, p.45). A decisão ousada de Ochs foi assertiva e permitiu que o *NYT* sobrevivesse, tornando-se um dos mais importantes jornais estadunidenses e também um empreendimento familiar. Quando Ochs faleceu, sua única filha Iphigene Ochs Sulzberger e seu genro Arthur Hays Sulzberger assumiram o jornal e também o compromisso de se manter fiel aos valores defendidos por Adolph no início do *NYT*. Pouquíssimo tempo depois de assumir o jornal, Arthur Hays Sulzberger, faleceu, dando assim a Arthur Ochs Sulzberger, seu único filho com Iphigene, a chance de estar à frente dos negócios da família. Arthur permaneceu no comando do *The New York Times* por décadas, aposentou-se em 1922 e desde então seu filho Arthur Ochs Sulzberger Jr. é quem está no comando (LIMA; FILHO, 2012, pp.6-7).

A credibilidade e resistência do *The New York Times* frente ao surgimento dos novos meios de comunicação podem ser atribuídas, em parte, a essa tradicional administração familiar que já dura há mais de um século (LIMA; FILHO, 2012, p.7). Além disso, outros fatores contribuíram para que o *NYT* ganhasse notoriedade, entre eles destacam-se os investimentos feitos para montar uma rede de correspondentes, enquanto os outros jornais eram dependentes do conteúdo vindo das agências de notícias e órgãos oficiais. O fato de o *NYT* possuir jornalistas espalhados pelo mundo produzindo conteúdo exclusivo garantiu uma série de furos de reportagem o que foi um grande diferencial na cobertura da I Guerra Mundial, a qual garantiu o primeiro de seus 128 prêmios Pulitzer¹¹ de jornalismo (PAGANOTTI, 2010, p.45-46; SILVEIRA, 2011, p.36).

Ainda hoje, o fato de o *NYT* ocupar lugar de referência no jornalismo mundial e ter tanta visibilidade advém de sua cobertura internacional, aliás, o público internacional, que atualmente representa 13% das assinaturas digitais no site do *The New York Times*, é um alvo em potencial e que vem sendo explorado a fim de aumentar os rendimentos da empresa com assinaturas digitais.¹² Entretanto, acredita-se que a grande influência do *NYT* não só nos EUA, mas no mundo, se deve principalmente ao seu público fiel, composto por notáveis formadores de opinião¹³, como presidentes, congressistas, entre outros (PAGANOTTI, 2010, p.48).

11 O Prêmio Pulitzer é administrado pela Universidade de Colúmbia e é concedido a trabalhos de excelência nas áreas de: jornalismo, literatura e música (LIMA; FILHO, 2012, p.7).

12 Disponível em: <<http://www.anj.org.br/2015/08/18/receita-com-o-digital-sera-a-principal-em-5-anos-preve-new-york-times/>>. Acesso em: 18 de set. 2015.

13 Os formadores de opinião se caracterizam por traços diversos: parecem mais e melhor informados que os indivíduos de seu círculo social; estão muito atentos às informações; de forma geral buscam muitas informações nos meios de comunicação. Considerando a lógica de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, podemos prever a ocorrência de dois fluxos contínuos (*two-step flow of*

Embora o *NYT*, em seu início tivesse se lançado como uma promessa de um veículo totalmente imparcial, hoje se apresenta como liberal, algo plasmado no enfoque dado aos temas abordados em suas notícias, bem como em seus artigos de opinião. Quanto ao posicionamento político do jornal, uma pesquisa aferiu que os eleitores democratas, em número muito maior que os eleitores republicanos costumam se identificar com abordagem política do jornal (PAGANOTTI, 2010, p.49). Nesse sentido, existem evidências empíricas que permitem dizer que na maior parte da história do jornal, houve uma tendência de favorecimento da imagem do Partido Democrata. Por exemplo, em períodos onde estavam no poder presidentes republicanos, o *The New York Times* deu mais ênfase a temas onde os democratas são percebidos como mais competentes (saúde, política de emprego, bem-estar social e direitos civis). Existe nesse ponto solidez na hipótese de que o *The New York Times* é lastreado por um partidarismo¹⁴ pró Democrata, que fica latente, sobretudo em períodos de campanhas presidenciais, onde o jornal dá mais ênfase para assuntos no qual os republicanos são considerados “fracos” em gerar respostas (PUGLISI, 2011).

Atualmente, o *NYT* continua figurando entre os mais importantes nomes da imprensa mundial, ficando atrás apenas do *Wall Street Journal* e *USA Today* (SILVEIRA, 2011, p.36). Assim como todos os outros jornais impressos, o *The New York Times* não ficou imune à crise econômica de 2008 e aos avanços do jornalismo digital e desde então vem buscando meios de sobreviver (LIMA; FILHO, 2012, p. 10-11).

Mesmo sem deixar de investir no formato impresso, o *NYT*, que já mantém uma versão online desde 1996, vem mostrando sua capacidade de adaptação conquistando cada vez mais assinantes em sua versão online e fechando parcerias com empresas como *Facebook* e *Apple*, a fim de aumentar os lucros com a publicidade digital e atrair novos leitores¹⁵.

Metodologia

Almond e Coleman definem que a comunicação não é só algo importante para o sistema político, mas é na verdade a *conditio sine qua non* para a existência do mesmo. Eles consideram que a comunicação e sua relação com variáveis políticas podem ser estudadas por quatro ângulos: a) a homogeneidade da informação política; b) a mobilidade; c) o volume e d) a direção da informação

communication). Nesse sentido, as informações oriundas dos meios de comunicação afetam de forma mais ativa os formadores de opinião e de forma menos ativa outros segmentos da massa. Os líderes de opinião (*opinion leaders*) nesse ponto atuam como medianeiros da influência que os *mass media* exercem sobre os indivíduos (SCHWATZENBERG, 1998).

14 Este partidarismo não é incomum na imprensa norte-americana, ao que parece, existem evidências empíricas que permitem sustentar a premissa de que os jornais americanos parecem buscar atender aos gostos partidários dos leitores. Um estudo comparou a cobertura de escândalos políticos em 200 jornais americanos. Os resultados indicam que os jornais com tendências democratas (que explicitamente ou implicitamente apoiam candidatos e ou causas democratas) deram maior enquadramento a escândalos políticos que envolviam republicanos, enquanto os jornais com tendências republicanas davam maior enfoque a escândalos que envolviam o Partido Democrata (PUGLISI; SNYDER, 2011, p.931-935).

15 Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2015/08/06/NYTimes-proximo-de-1-mi-de-assinantes-digitais.html>>. Acesso em: 18 de set. 2015.

(ALMOND; COLEMAN, 2015). Esse estudo concentra-se, sobretudo, no efeito relacionado ao volume de informações. Neste trabalho optou-se por analisar três tipos de políticas de audiência, sendo elas: 1) Legalização da Maconha; 2) Legalização do Aborto; 3) Legalização do casamento gay. Considerando o grande nível de saliência (e de baixa complexidade) e também que são temas eminentemente políticos (e não técnicos), indubitavelmente são políticas muito sensíveis aos ânimos da opinião pública.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é responder à seguinte pergunta: Qual é o volume anual de publicações no *The New York Times* sobre políticas de audiência (maconha, casamento gay e aborto) e a opinião pública dos estadunidenses sobre essa classe de temática? Considerando que o *NYT* é um jornal declaradamente liberal (e muito lido entre os formadores de opinião), nossa hipótese é:

Hipótese (1)- Quanto maior o volume de publicações em relação aos temas de política de audiência selecionados, maior será a favorabilidade dos americanos em relação a estes temas.

Para testar a hipótese, utilizamos o método proposto em Moraes (2015) e em Moraes & Moraes (2016) onde são confrontados dados sobre publicações anuais (como variável independente) e indicadores de opinião pública (como variáveis dependentes). Neste diapasão, foram geradas com a ferramenta *Chronicles* três frequências relativas ao volume de matérias que continham os seguintes termos: *Abortion, Marijuana, Gay Marriage*. Este banco de dados leva em conta o volume anual de publicações de matéria que contenham estes termos elencados. Estas frequências foram comparadas com dados de pesquisas do *Gallup Institute* sobre a opinião pública dos americanos a respeito destas políticas de audiência. As amostras foram ajustadas, e a partir destes dados foram realizados testes para indicar correlações e também foram traçadas regressões lineares. Para todos os testes foi considerado o intervalo de confiança de 95%.

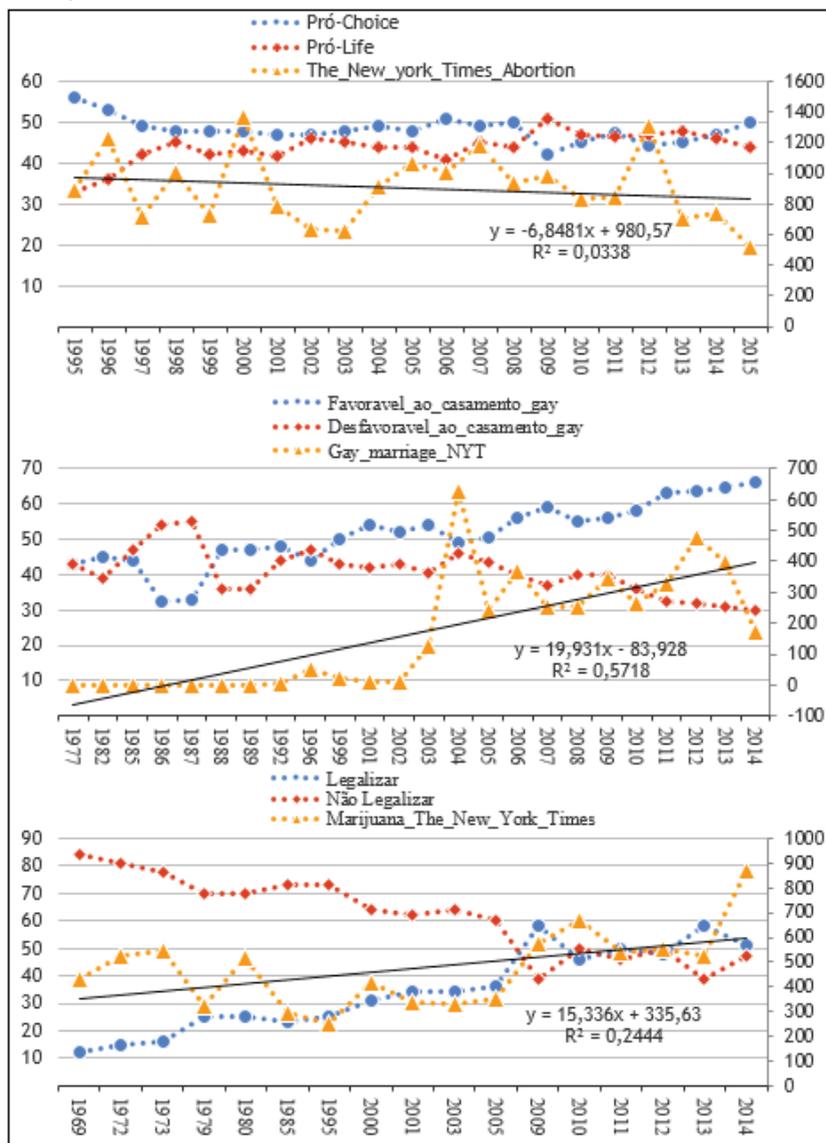
Resultados

A seguir no Gráfico 1 expomos as frequências temporais de publicações anuais de notícias sobre as políticas de audiência elencadas. É plotado também a evolução da opinião dos estadunidenses relativa a estes temas.

O recorte temporal foi delimitado pela disponibilidade para cada um dos casos, sendo que a divisão foi estabelecida desta forma: 1) Legalização do aborto (1995 – 2015); 2) Legalização do casamento gay (1977-2014) e legalização da maconha (1969 – 2014).

O Gráfico 1 sinaliza que os temas maconha e sobretudo casamento gay, historicamente, vêm ganhando mais espaço nas páginas do *The New York Times*. Todavia, o tema aborto apresenta um leve declínio linear. Para melhor demonstrar a relação entre as variáveis geramos um modelo com as dispersões (Gráfico 2) e um estudo de correlação (Tabela 3).

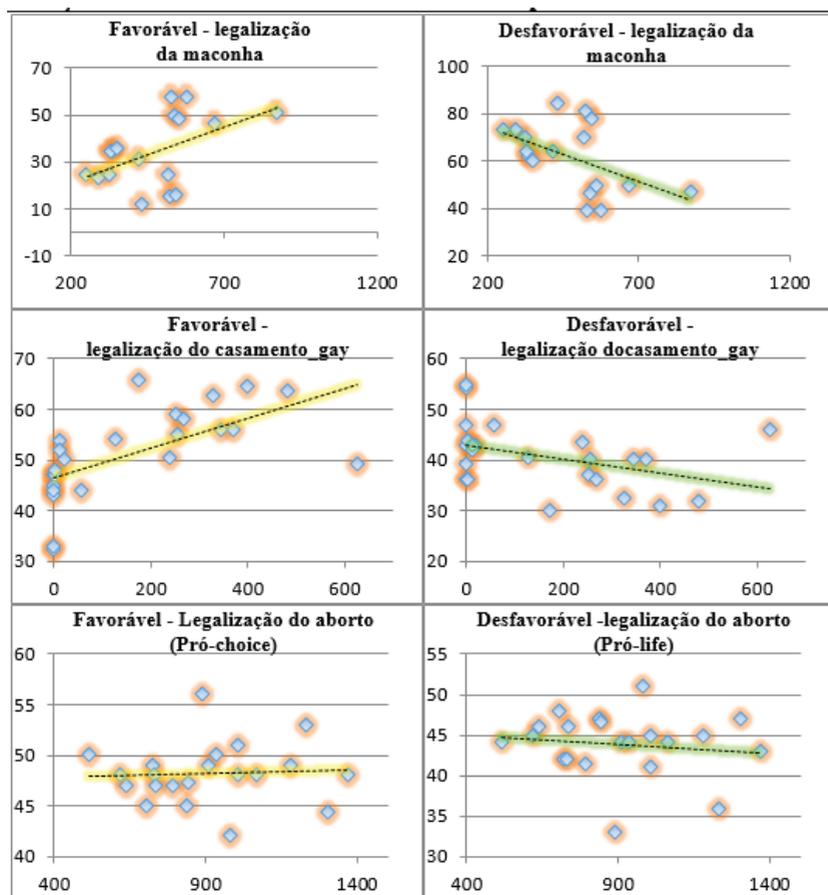
GRÁFICO 1 - Evolução da opinião pública dos americanos e de publicações no The New York Times sobre temas de política de audiência



Fonte: Elaboração dos autores.

Observa-se na Tabela 3 existe correlação positiva entre o nível de publicações no *The New York Times* sobre o tema maconha e o crescimento da favorabilidade em relação à legalização. Também foi possível aferir correlação negativa, igualmente significativa para com a não favorabilidade em relação à legalização da maconha. A seguir (Tabela 4), o modelo de regressão linear considera como variável dependente a frequência relativa à opinião pública dos americanos em relação à legalização da maconha e como variável independente o volume de publicação anual no *The New York Times* sobre o tema.

GRÁFICO 2 - Dispersão entre a evolução da opinião pública dos americanos e as publicações no The New York Times sobre temas de política de audiência



Fonte: Elaboração dos autores.

TABELA 3 - Correlações

		Favorável Legalização Maconha	Desfavorável Legalização Maconha	The_New_ York_Times Marijuana
Favorável Legalização Maconha	Correlação de Pearson	1	-,997**	,496*
	Sig. (2 extremidades)		,000	,043
	N	17	17	17
Desfavorável Legaliza- ção Maconha	Correlação de Pearson	-,997**	1	-,505*
	Sig. (2 extremidades)	,000		,039
	N	17	17	17
The_New_York_Times Marijuana	Correlação de Pearson	,496*	-,505*	1
	Sig. (2 extremidades)	,043	,039	
	N	17	17	17

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração dos autores.

TABELA 4 - Modelos de regressão linear

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa		
1 Desfavorável Legalização Maconha.		,505 ^{a1}	,205	12,82134		
2 Favorável Legalização Maconha		,496 ^{a2}	,196	13,40859		
Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.	
1	Regressão	843,258	1	843,258	5,130	,039 ^b
Resíduos		2465,801	15	164,387		
	Total	3309,059	16			
2	Regressão	881,382	1	881,382	4,902	,043 ^b
Resíduos		2696,853	15	179,790		
	Total	3578,235	16			
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	
1	B	Beta				
	(Constante)	83,716	10,178	8,225	,000	
	The_New_York_Times_Marijuana	-,046	,020	-,505	,039	
2	(Constante)	12,088	10,645	1,136	,274	
	The_New_York_Times_Marijuana	,047	,021	,496	,043	

a1.Variável dependente: Desfavorável_Legalização_Maconha.

a2.Variável dependente: Variável dependente: Favorável_Legalização_Maconha.

b. Preditores (Variável independente): The_New_York_Times_Marijuana

Fonte: Elaboração dos autores.

Em ambos os casos a regressão mostrou aderência estatística. Sendo que, no primeiro modelo (desfavorável à legalização da maconha), encontrou-se um r quadrado ajustado de 205, o que sinaliza que pelo menos 20% do declínio desta variável pode ser explicado pelo fator *NYT*. Observou-se também no segundo modelo (Favorável à legalização da maconha) a evidência de que 19% da ascensão desta tendência guarda relação com as publicações do *NYT* sobre maconha.

TABELA 5 - Correlações

		Favorável Casamento gay	Desfavo- rável Ca- samento Gay	The_New_ York_Times Casamento Gay
Favorável Casamento Gay	Correlação de Pearson	1	-,873**	,614**
	Sig. (2 extremidades)		,000	,001
	N	24	24	24
Desfavorável Casamento Gay	Correlação de Pearson	-,873**	1	-,403*
	Sig. (2 extremidades)	,000		,050
	N	24	24	24
The_New_York_Times Casamento_Gay	Correlação de Pearson	,614**	-,403	1
	Sig. (2 extremidades)	,001	,051	
	N	24	24	24
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).				
*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).				

Fonte: Elaboração dos autores.

Ao estudar as correlações para com as publicações no *The New York Times* (Tabela 5) identifica-se consistente correlação positiva para com a favorabilidade ao casamento gay (e negativa quanto à não favorabilidade). Para melhor interpretar esta relação foram traçadas regressões lineares (Tabela 6) considerando como variável dependente a opinião dos americanos sobre o tema casamento gay e como variável independente do volume anual de publicações no *NYT* sobre casamento gay.

TABELA 6 - Modelos de regressão linear

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	
1 Favorável Casamento_gay	,614 ^{a1}	,377	,349	7,16380	
2 Desfavorável Casamento_Gay	,403 ^{a2}	,163	,125	6,06485	
Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
1	684,143	1	684,143	13,331	,001 ^b
Resíduos	1129,042	22			
Total	1813,185	23			
2	329,353	1	329,353	11,917	,002 ^b
Resíduos	939,647	34	27,637		
Total	1269,000	35			
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		Sig.
B	Beta				
1	Modelo padrão				
(Constante)	46,592		1,973	23,618	,000
The_New_York_Times_Casamento_Gay	,029		,008	,614	,001
2	Modelo padrão				
(Constante)	43,054		1,670	25,779	,000
The_New_York_Times_Casamento_Gay	-,014		,007	-,403	,050

a1.Variável dependente: Favorável_Casamento_gay.

a2.Variável dependente: Desfavorável_Casamento_Gay

b. Preditores (Variável independente): The_New_York_Times_Casamento_Gay

Fonte: Elaboração dos autores.

Em ambos os casos, a regressão linear apresentou consistência estatística sendo que pelo menos 34% do aumento da favorabilidade em prol do casamento gay pode ser explicado pelo fator publicações no *NYT*. Do outro lado, 12% da queda da não favorabilidade também pode ser atribuída à mesma variável independente. Estes resultados reforçam a hipótese de que o *NYT* possui potencial de influência sobre a sociedade americana. A Seguir, na Tabela 7 realizamos correlações considerando a opinião pública sobre o tema aborto e as frequências do jornal.

TABELA 7 - Correlações

		Pró_Choice	Pró_Life	The_New_york_Times_Abortion
Pró_Choice	Correlação de Pearson	1	-,913**	,053
	Sig. (2 extremidades)		,000	,820
	N	21	21	21
Pró_Life	Correlação de Pearson	-,913**	1	-,132
	Sig. (2 extremidades)	,000		,569
	N	21	21	21
The_New_york_Times Aborto	Correlação de Pearson	,053	-,132	1
	Sig. (2 extremidades)	,820	,569	
	N	21	21	21

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração dos autores.

Não houve correlação significativa entre a opinião pública americana sobre a legalização do aborto e a quantidade de publicações veiculada pelo jornal. A seguir traçamos um modelo de regressão considerando como variável dependente a opinião pública sobre o tema aborto e como variável independente as publicações do NYT.

Apesar das publicações do *The New York Times* terem causado algum nível consistente de influência sobre a opinião pública dos americanos no que tange os temas legalização da maconha e do casamento gay, o mesmo não pode se dizer sobre o tema aborto. De acordo com os dados apresentados, não há correlação significativa entre o fator publicações no *The New York Times* sobre o tema legalização do aborto e a opinião pública dos americanos. Este tema como variável dependente não se mostrou sensível ao efeito da variável independente publicação no *NYT*. O fato da maioria dos americanos serem adeptos da religião protestante (principal grupo de frente do movimento Pró-life) pode ser a variável causal responsável por essa inelasticidade da opinião pública (mais estudos são necessários para se corroborar essa premissa). Em todo caso, devemos considerar que o jornal tem dado cada vez menos cobertura sobre o tema, como expresso no Gráfico 1.

TABELA 8 - Modelos de regressão linear

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	
1 Pró_Choice	,053 ^{a1}	,003	-,050	3,057	
2 Pró_Life	,132 ^{a2}	,017	-,034	4,001	
Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	1	,495	,053	,820 ^b
	177,557	19			
	178,052	20			
Resíduos					
Total					
	Regressão	1	5,382	,336	,569 ^b
	Resíduos	19	304,227	16,012	
Total		20	309,610		
Modelo	Coeficientes não padronizados				Sig.
B	Coeficientes padronizados			t	Sig.
Modelo padrão					
1	(Constante)	47,565	2,759	17,242	,000
	The_New_york_Times_Abortion	,001	,003	,230	,820
2	(Constante)	45,893	3,611	12,710	,000
	The_New_york_Times_Abortion	-,002	,004	-,580	,569

a1.Variável dependente Pró_Choice

a2.Variável dependente: Pró_Life

b. Preditores (Variável independente): The_New_york_Times_Abortion

Fonte: Elaboração dos autores.

Considerações finais

O processo de formação da opinião pública nem sempre é inteligível e boa parte das vezes, guarda relação com variáveis independentes difíceis de identificar. Essa investigação teve como objetivo analisar (isoladamente) o efeito que as publicações do *The New York Times* tiveram sobre a opinião pública dos americanos em relação a três políticas de audiência, sendo elas: 1) legalização da maconha; 1) legalização do casamento gay e 3) legalização do aborto. Como o *NYT* tem um perfil declaradamente liberal, trabalhamos com a hipótese de que o volume de publicações sobre esses temas aumenta a favorabilidade dos americanos em relação a estes temas.

Os resultados apresentados sinalizam que essa hipótese detém relativa aderência, visto que, foram encontradas evidências de que o jornal *NYT* afetou a opinião dos americanos em relação aos temas maconha (20% do aumento da favorabilidade e 19% da queda da não favorabilidade) e casamento gay (34% do aumento da favorabilidade e 12% da queda da não favorabilidade). Todavia, não foram observados sinais de que o *NYT* tenha conseguido gerar influência no que diz respeito ao tema aborto. Ao que parece, outras variáveis independentes, como a religião, podem exercer mais influência do que os meios de comunicação na opinião pública dos americanos quando o tema é a legalização do aborto.

De toda forma, essa pesquisa demonstra que nos Estados Unidos, o *The New York Times* pode exercer significativa influência sobre a opinião pública quando o assunto são políticas de audiência. Este estudo é exploratório e de escopo limitado, todavia, sugerimos que a metodologia apresentada pode ser utilizada para estudar a influência que os jornais podem exercer sobre a opinião pública.

“A Penny for your Thoughts”. Public Opinion, Media Framing of the NYT and Hearing Room Politics

Abstract

The overriding question in this study is: do publications by The New York Times influence American’s opinions of “audience politics”? The argument is that the greater the volume of annual publications in the NYT on audience politics, the more favorable American opinion will be in relation to this class of theme. To test this hypothesis, we used historical series from the Gallup Institute (on American public opinion) and data produced by the Chronicles (referring to NYT publications on marijuana, gay marriage and abortion longitudinally). Research showed partial adherence since there was evidence of the NYT’s influence on American public opinion concerning the themes of marijuana and gay marriage. However, the effect was non-existent for the theme of abortion.

Keywords: *Public Opinion; The New York Times; Marijuana; Gay Marriage; Abortion.*

Referências

ALMOND, Gabriel Abraham; COLEMAN, James Smoot (Ed.). **The politics of the developing areas**. Princeton University Press, 2015.

ANDREI, Andreea; BRANDA, Alina. Abortion Policy and Social Suffering: the objectification of Romanian women's bodies under communism (1966–1989). *Women's History Review*, n. ahead-of-print, p. 1-19, 2015.

BERTOLDI, Maria Eugênia et al. Aborto: uma visão legal e biomédica. *JICEX*, v. 1, n. 1, 2014.

CABRAL, Bruno Fontenele. Precedentes sobre a prática de aborto no direito norte-americano de 1973 a 2007. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 14, n. 2224, 3 ago. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13256>>. Acesso em: 24 set. 2015.

COTTERET, Jean-Marie; EMERI, Claude. Les facteurs locaux de la vie politique nationale. Institut d'études politiques de Bordeaux. Centre d'étude et de recherche sur la vie locale. Série «Vie locale». 2. *Revue française de science politique*, v. 24, n. 2, p. 361-363, 1974.

FERRAZ, Maria Cruz. Religião e homossexualidade nos Estados Unidos: vertentes liberais e conservadoras em debate. *Anais dos Simpósios da ABHR*, v. 14, 2015.

FREED, Alice F. Pró-choice and pró-life. *The International Encyclopedia of Human Sexuality*, 2015.

GLOBO.COM. Suprema Corte dos EUA aprova o casamento gay em todo o país. G1, São Paulo, 26 de jun. 2015. Disponível em: <<http://glo.bo/1dl6IR8>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

GORMLEY, William T. Regulatory issue networks in a federal system. *Polity*, p. 595-620, 1986.

GRIMES, David A. et al. Unsafe abortion: the preventable pandemic. *The Lancet*, v. 368, n. 9550, p. 1908-1919, 2006.

KORMONDY, Edward John; BROWN, Daniel E. **Fundamentals of human ecology**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.

LIMA, José Rosamilton; DOS SANTOS FILHO, Iveraldo Oliveira. *O jornal norte-americano: The New York Times*. *Revista Eletrônica de Comunicação*, v. 7, n. 1, 2012.

MCBRIDE, Dorothy E.; PARRY, Janine A. **Women's rights in the USA: Policy debates and gender roles**. Routledge, 2014.

MORAES, Thiago Perez Bernardes ; MORAES, Suelen Patricia Alves Maia Perez. "Seeing is believing". Opinião pública, enquadramento midiático do NYT e Política de audiência. *Revista Andina de Estudos Políticos*, v. 6, n. 1, p. 121-141, 2016.

MORAES, Thiago Perez Bernardes. Pena de morte nas páginas do The New York Times. Um estudo sobre a relação entre punição capital, eleições e opinião pública. *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales*, v. 11, n. 2, p. 223-240, 2015.

PAGANOTTI, Ivan. **Pelos olhos de um observador estrangeiro: representações do Brasil na cobertura do correspondente Larry Rohter pelo New York Times**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

POWELL, Brian; QUADLIN, Natasha Yurk; PIZMONY-LEVY, Oren. Public Opinion, the Courts, and Same-sex Marriage Four Lessons Learned. *Social Currents*, v. 2, n. 1, p. 3-12, 2015.

PUGLISI, Riccardo. Being The New York Times: the political behaviour of a newspaper. *The BE Journal of Economic Analysis & Policy*, v. 11, n. 1, 2011.

PUGLISI, Riccardo; SNYDER, James M. Newspaper coverage of political scandals. *The Journal of Politics*, v. 73, n. 03, p. 931-950, 2011.

ROCHAT, Roger W. A mortalidade materna por aborto pode ser eliminada?: acreditamos que a resposta seja sim. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, v. 25, n. 1, p. 125-127, 2015.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **La politique mensonge**. Odile Jacob, 1998.

SEDGH, Gilda et al. Induced abortion: estimated rates and trends worldwide. *The Lancet*, v. 370, n. 9595, p. 1338-1345, 2007.

SILVEIRA, Giovana Souza. **A evolução da percepção da imagem brasileira no exterior de 2001 a 2010: uma perspectiva do "The New York Times"**. 2011.

WANG, Mingshu. Crowdsourcing the landscape of cannabis (marijuana) of the contiguous United States. *Environment and Planning A*, p. 0308518X15598541, 2015.

WILLIAMS, Daniel K. The Partisan Trajectory of the American Pró-Life Movement: How a Liberal Catholic Campaign Became a Conservative Evangelical Cause. *Religions*, v. 6, n. 2, p. 451-475, 2015.

